

# Quadro Comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2009

1

Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995	Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2009
	Estabelece que, após os idosos, os professores terão prioridade para recebimento da devolução do Imposto de Renda da Pessoa Física.
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
	<b>Art. 1º</b> O art. 16 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:
Art. 16. O valor da restituição do imposto de renda da pessoa física, apurado em declaração de rendimentos, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data prevista para a entrega da declaração de rendimentos até o mês anterior ao da liberação da restituição e de 1% no mês em que o recurso for colocado no banco à disposição do contribuinte.	“Art. 16. O valor da restituição do imposto de renda da pessoa física, apurado em declaração de rendimentos, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data prevista para a entrega da declaração de rendimentos até o mês anterior ao da liberação da restituição e de 1% no mês em que o recurso for colocado no banco à disposição do contribuinte.
	<i>Parágrafo único.</i> Será obedecida a seguinte ordem de prioridade para recebimento da restituição do imposto de renda:
	I – idosos, nos termos definidos pelo inciso IX do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003;
	II – contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério; e
	III – demais contribuintes. (NR)”
	<b>Art. 2º</b> Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do ano seguinte ao de sua publicação.